



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Rogério Correia** – PT/MG

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº DE 2024.
(Do Sr. Rogério Correia)

Apresentação: 02/07/2024 09:28:55.217 - CASP

REQ n.75/2024

Requer seja convidado o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, para a realização de avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - referente ao 2º semestre do exercício de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 9º, § 5º da Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, que seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Senhor Roberto Campos Neto, para comparecer à Comissão de Administração e Serviço Público, a fim de realizar uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços, referentes ao 2º semestre do exercício de 2023, em atendimento ao que determina o §5º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), prevê em seu artigo 9º, § 5º, que semestralmente – mais especificamente até 90 dias após o final de cada semestre – o Banco Central deve comparecer às comissões pertinentes do Congresso Nacional para fazer uma avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Rogério Correia – PT/MG**

monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Não há dúvidas de que a Comissão de Administração e Serviço Público seja uma comissão temática pertinente para a qual o Banco Central precisa expor tal avaliação. Já se passaram mais 180 dias após o término do 2º semestre de 2023, ou seja, o dobro do previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e Roberto Campos Neto não compareceu às comissões do Congresso para realização dessa avaliação.

Brasília, de julho de 2024.

DEPUTADO ROGÉRIO CORREIA
PT/MG

